

EQUIPE GESTORA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRIMEIROS PASSOS

MANAGEMENT TEAM AT SPECIAL EDUCATION: FIRST STEPS

Valcenir Aparecido Beltrami¹

Gustavo Luis de Moraes Cavalcante²

Ana Laura Ferreira de Souza³

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo identificar, compreender e analisar o processo inclusivo brasileiro a partir de documentos legais, bem como apresentar 12 ações a serem praticadas pela equipe gestora quando se depara com a matrícula de alunos público-alvo da educação especial inseridos na escola regular. O trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, dividiu-se em três principais tópicos, sendo eles: 1) a educação especial no Brasil; 2) inclusão escolar e; 3) a legislação da educação especial. Durante o artigo foram trabalhadas diferentes perspectivas acerca da temática central, a partir de especialistas da área estudada. Diante disto, foram propostas sugestões e orientações para a equipe gestora, de modo que o processo inclusivo inicial, o acolhimento, bem como o desenvolvimento de alunos público-alvo da educação especial se efetive em sua escola.

Palavras-chave: Educação Especial; Equipe Gestora; Legislação; Inclusão.

ABSTRACT: This study aimed to identify, understand and analyze the Brazilian inclusive process from legal documents, as well as to present 12 actions to be taken by management team when faced with the enrollment of special education target audience students in regular schools. The work consisted of a literature review, divided into three main topics, namely: 1) special education in Brazil; 2) school inclusion and; 3) special education legislation. In the article different perspectives on the central theme were investigated, from specialists of the studied area. Given this, suggestions and guidelines were proposed for the management team, so that the initial inclusive process, the reception, as well as the development of the special education target audience students might be effective in their school.

Keywords: Special Education; Management Team; Legislation; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O pedagogo quando inicia sua atuação na equipe gestora de uma unidade escolar, assim como o *professor iniciante*, passa por um momento muito difícil e sofrido (LIMA et al., 2007). De acordo com o mesmo autor “o início da carreira constitui um dos momentos desse *continuum* que, apesar de não determinar o restante da trajetória profissional, deixa nela marcas indeléveis” (p.141). Lima et al. (2007) ainda salienta que há autores que defendem a ideia de que esse momento daria “o tom” da constituição da trajetória. Comparamos então esse momento de ter que “sobreviver” do professor iniciante ao início de carreira de um pedagogo numa equipe

1 Graduado em Bacharelado em Administração de Empresas pela ASSER; Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela FESC; Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar; Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar.

2 Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Filosofia pela UFSCar; Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar.

3 Graduada em Imagem e Som pela UFSCar; Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela UFSCar.

gestora de uma unidade escolar, principalmente quando este (a) gestor (a) encontra em seu caminho a educação especial.

A história da educação é marcada “pela exclusão, segregação e o não reconhecimento do indivíduo deficiente” (SOUZA et al., 2018, p. 80). De acordo com as pesquisadoras “são pessoas que por muitos anos viveram sob a escuridão e a marginalização, decorrente de sua limitação, independente da ordem, sendo ela sensorial, física, cognitiva, múltipla, dentre outras” (SOUZA et al., 2018, p.80).

As autoras afirmam ainda que em tempos atuais a educação especial vem conquistando o seu espaço no cenário educacional, nas diferentes etapas da educação básica e também no ensino superior (SOUZA et al., 2018).

Um dado importante que Souza et al. (2018) traz é que alunos que apresentam dificuldades de ensino e/ou deficiências mais leves são matriculados na rede regular de ensino, mas os com deficiências mais severas ainda tendem a frequentar as instituições especiais.

As pesquisadoras Silva e Leme (2009) citam e salientam que Tezani (2004) ao pesquisar sobre o papel da gestão escolar na construção de uma escola inclusiva, relata que há uma relação expressiva entre a postura assumida pela gestão escolar e a influência na prática pedagógica no dia a dia. Silva e Leme *apud* Sage (1999) é principalmente da concepção do diretor sobre a educação inclusiva que sua equipe se influencia, somado a isto, Barros (2004) finaliza alegando que ele [o diretor] atua como formador desse grupo.

Ressalta-se, assim, a importância do papel da equipe gestora na inclusão e levanta-se um questionamento acerca de sua ação no cotidiano escolar. É sabido que o número de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino vem crescendo a cada ano, frente às demandas existentes, quais as ações que a equipe gestora tem que apresentar frente ao processo inclusivo, de modo a efetivar o acesso e garantir a permanência do alunado público-alvo da educação especial no município?

Diante do exposto acima, o presente artigo discutirá os primeiros passos de uma equipe gestora em relação à educação especial. A discussão encontra-se dividida nos seguintes tópicos: 1) A educação especial no Brasil; 2) Inclusão escolar e; 3) A legislação da educação especial.

A educação especial no Brasil

A consolidação da educação especial no Brasil se deu ao longo da segunda metade do século XX e foi marcada pelas: ampliações de serviços, iniciativas políticas nas diferentes esferas da gestão pública e as ampliações da área no debate acadêmico (BAPTISTA, 2019). Identificam-se ao longo da história vários marcos de ocorrências importantes na educação especial, mas neste artigo os autores partem da primeira década do novo milênio, que foi o momento da “intensificação das diretrizes que vinculam a ampliação da escolarização dos alunos com deficiência e a valorização do ensino comum no Brasil com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008” (BAPTISTA, 2019, p.10). O autor salienta ainda que neste momento da história percebe-se num primeiro plano índices maiores de matrículas de alunos deficientes nas classes do ensino comum. Em 40 anos, o número de matrículas de alunos da Educação Especial aumentou

nove vezes, enquanto o número de matrículas da população em geral na Educação Básica aumentou apenas 2,67 vezes (BAPTISTA, 2019).

De acordo com Oliveira e Drago (2012), o Brasil documenta a proposta da inclusão escolar com o desafio de tornar as escolas inclusivas e abertas às diferenças de qualquer ordem e assume como fundamento educacional a diversidade, que como sinalizador de práticas democráticas devem ser estabelecidas por todos os sistemas educacionais, mas estes não compreenderam e não incorporaram o novo paradigma na sua prática cotidiana administrativa, formativa, organizacional ou pedagógica.

A escolarização de pessoas com deficiência consiste em um debate internacional, afirma Baptista (2019), principalmente na visibilidade apresentada no âmbito das políticas sociais. O pesquisador analisou a literatura especializada acerca da educação especial no Brasil, sua crítica volta-se para as mudanças ocorridas no contexto brasileiro em cinquenta anos, segundo ele existe “uma continuidade dos habituais modos de conceber a pessoa com deficiência e de propor, para esses sujeitos, percursos educacionais que são essencialmente os mesmos que eram oferecidos em décadas anteriores” (BAPTISTA, 2019, p.3).

Concorda-se ao considerar que o fenômeno da ruptura do modo antigo para a afirmação do novo avança-se com oscilações e acompanhado por desafios decorrentes de uma luta contínua, como uma característica de processos decisórios da política pública. Ele nos faz lembrar que, “apesar da precariedade histórica dos serviços, do predomínio do assistencialismo e da filantropia, a educação especial é um campo de mobilização e de ganhos para os grupos sociais que se anunciam como seus defensores”, acrescenta e opina que as ações da instituições privadas-filantrópicas faz com que o Estado economize, pois não assume a escolarização dessa parcela da população (BAPTISTA, 2019, p.3).

Em consonância, Glat e Pletsch (2010) elencam dificuldades, que citadas por Queiroz e Guerreiro (2019) apontam que, no sistema educacional brasileiro em relação à educação das pessoas com deficiência, as dificuldades vão além das questões da matrícula e denunciam que estes cidadãos se encontram excluídos da escola e “recebem uma educação inadequada seja pela ausência de recursos, de profissionais qualificados e, também, pelo descaso do poder público com relação à educação deles” (p.235).

Queiroz e Guerreiro (2019) citando ainda Glat (2011) percebem que o Brasil passou por momentos polêmicos que separaram o viés psicopedagógico e enveredou para questões políticas e ideológicas, dificultando assim o seu principal enfoque, pois o sistema educacional inclusivo apresentou [e apresenta] problemas e desafios que precisaram [e precisam] ser superados, como as desigualdades sociais firmadas por políticas educacionais e relações escolares.

Acredita-se ainda hoje, como Queiroz e Guerreiro (2019), que ao identificar o sistema educacional com vulnerabilidade e dificuldades, emerge a necessidade de confrontar as práticas de segregação e buscar alternativas que aproximam a escola de um ensino inclusivo, com articulação entre os poderes públicos fomentando ações, gerando assim, condições para superar as dificuldades.

No Brasil, Oliveira e Cordeiro (2018), citando Pletsch (2011) afirmam que se ampliaram as políticas focalizadas de inclusão, mas continuam excluindo o sujeito, pois não se oferece condições efetivas para que ocorra a integração e a mobilidade social no sistema econômico vigente. Oliveira e Cordeiro (2018) analisaram várias

pesquisas de diversos autores como: Michels (2006), Rocha (2016), Silveira (2009), Santos (2011) e, realizadas em diferentes estados e municípios brasileiros e perceberam que a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva vem sendo apreendida e implementada de formas diferentes. As escolas também estão inseridas em contexto social, político, cultural e econômico diversificados, cada uma se constituindo e organizando as ações no seu cotidiano, e de acordo com as suas proposições políticas.

As pesquisas apontaram ainda uma necessidade de aprofundamento teórico sobre a temática da educação especial para gestores e professores. Neste contexto, ressaltam-se os pressupostos de Oliveira e Cordeiro (2018) citando Rocha (2016), que o momento atual do Brasil carece de pesquisas que estudam as políticas em ação e de como são traduzidas no contexto da prática, compreendendo os seus efeitos e suas contradições.

Já foram descritos por Michels desde o ano de 2006 que “a reforma educacional no Brasil perpassa por alguns pontos cruciais como a gestão, o financiamento, a avaliação, a formação de professores, o currículo, a inclusão”, frase esta que ainda faz sentido nos momentos atuais, no contexto geral da educação (p.410).

Inclusão escolar

O movimento da Educação inclusiva está nas palavras dos discursos dos políticos e “*experts*” da educação, desde a celebração de compromissos internacionais, como o da Declaração de Salamanca (1994) que já preconizavam e definiam que a Educação Especial é uma educação paralela ao sistema regular e que deveriam ocorrer mudanças para um novo paradigma de escola, usando de metodologias de diferenciação inclusivas e de aprendizagem cooperativa (SANCHES; TEODORO, 2007; SILVA; LEME, 2009).

Nas últimas décadas houve um avanço da medicina, dos direitos humanos, das ciências sociais, da tecnologia, da comunicação, da diversidade, das diferenças, como já apontava Jannuzzi (2007) descrito por Oliveira e Drago (2012) há dozes anos. Afirma-se ainda que, naquela época “a escola se apresenta como interlocutora do aluno com esse mundo ampliado” superando as barreiras geográficas e nos fazendo compreender e respeitar as diferenças, descrições que podemos utilizar ainda neste exato momento.

Queiroz e Guerreiro (2019) enfatizam que

[...] o respeito às diferenças e à diversidade na escola remete-se à busca por uma sociedade que conviva uns com os outros, independentemente de suas características físicas ou individuais, onde a inclusão, nesse viés, passa a ser propulsora como princípio na educação (QUEIROZ; GUERREIRO, 2019, p.234)

Segundo Matos (2013, p.56) citado por Queiroz e Guerreiro (2019, p.234), “estamos inseridos em uma sociedade que busca uma relação de pertencimento, em que possamos nos sentir integrantes dela”. Esta autora ainda acrescenta:

[...] há algo que nos aproxima que nos identifica como pessoas. Estamos incluídos nessa sociedade humana pelo princípio da identidade, mas podemos ser excluídos pelo princípio da diversidade sempre que a diversidade resulte em discriminação. Aí reside a nossa contradição. Temos que discutir a inclusão,

porque há uma sociedade excludente, que dicotomiza identidade e diversidade (MATOS, 2013, p.56).

Diante desta descrição conclui-se, de acordo com Queiroz e Guerreiro (2019, p.234), que “a aceitação das diferenças precisa estar presente no processo educativo, por meio da qual a escola passe a disseminar novas formas de acolher a todos os alunos, com ou sem deficiência”.

Assim, a inclusão garante que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças tenham uma educação de qualidade, vivam experiências significativas e sejam respeitados. A educação é garantida à todos por lei, sendo exposto no artigo 205 da constituição federal de 1988. A escola com a diversidade existente é que tem que se adaptar aos seus alunos. A filosofia da inclusão preconiza que a escola tenha uma atenção à criança como um todo, e não só a criança como aluno, respeitando também os níveis de desenvolvimento essenciais (acadêmico, sócioemocional e pessoal) proporcionando uma educação adequada e orientada para a maximização dos potenciais humanos (BRANDÃO; FERREIRA, 2013). Ao conceituar a inclusão, Brandão e Ferreira (2013) destacam que não se deve levar em conta só o aluno, mas também modificar os seus ambientes de aprendizagem e afirmam ainda que para ter inclusão as diferenças devem ser respeitadas, pois assim todos aprendem juntos.

Cabe ao diretor escolar, segundo Silva e Leme (2009) [a equipe gestora em si], a promoção no ambiente escolar do conceito de educação inclusiva, respeitando o contexto social e cultural e, indo além das questões estruturais. Silva e Leme (2009) destacam que o ambiente inclusivo é um espaço que privilegia as relações humanas com ou sem a presença de crianças com deficiência.

Portanto, de acordo com Sekkel (2003) citado por Silva e Leme (2009), e relacionando com os dias atuais, a implantação deste ambiente exige mudança da cultura institucional. É uma das tarefas mais difíceis que uma organização pode enfrentar. O diretor/gestor e acrescentado por nós o termo equipe gestora, exerce um papel decisivo na implantação de um ambiente propício à inclusão.

A legislação em educação especial

De acordo com Souza et al. (2018), o documento que pode ser considerado um *divisor de águas* para a educação especial e a educação básica é a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394 de 1996*, que traz no seu artigo 58 o conceito de educação especial e no 59 o que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência. Souza et al. (2018) sintetiza que a partir do documento:

[...] todo o cenário educacional passa por uma transformação desafiadora, cabendo às escolas se adaptarem estruturalmente, bem como em seu caráter atitudinal, buscando romper com o preconceito e o olhar diferenciado. Posteriormente, novos documentos foram criados e promulgados tendo como objetivo a inclusão escolar efetiva. Desse modo, compreende-se que a inclusão escolar tem por objetivo inserir indivíduos diagnosticados com alguma deficiência ou transtorno, além de altas/habilidades e superdotação no âmbito de ensino regular (SOUZA et al., 2018, p.81).

Queiroz e Guerreiro (2019) elencam além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394 de 1996, outros documentos legais que, segundo ele, “articulam medidas e norteiam a Educação Especial na perspectiva de uma escola inclusiva, no que se refere à inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no ensino regular”, como:

- a Declaração Mundial Educação para Todos em Jomtien da UNESCO em 1990;
- a Declaração de Salamanca da UNESCO em 1994;
- a Conferência Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas - ONU em 2006;
- a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva da PNEEPEI em 2008;
- o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

Para Oliveira e Drago (2012) os sistemas de ensino necessitam buscar práticas inclusivas, mas dependem da implementação de ações político-administrativas da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal.

MATERIAL, MÉTODOS e DISCUSSÃO

A pesquisa consistiu em uma investigação acerca das principais produções científicas realizadas no período de 2006 a 2019. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica nas principais bases de dados científicas do país, sendo elas: *Scielo*, *Google Acadêmico* e, Portal Capes. Os documentos selecionados configuram-se em artigos, teses e dissertações que relatam especificamente sobre a inclusão escolar, gestão e educação especial.

Os documentos selecionados possuíam entre suas palavras-chave: inclusão escolar, gestão e educação especial. Os descritores utilizados foram: inclusão escolar; gestão escolar; educação especial; inclusão escolar x gestão escolar; educação especial x inclusão escolar e; inclusão escolar x gestão escolar x educação especial.

A partir das buscas e dos documentos selecionados analisou-se por meio de uma leitura efetiva, os documentos que estavam diretamente voltados para a temática pesquisada e, contendo obrigatoriamente as palavras-chave. Foram encontrados nove artigos na base de dados *Scielo*. A fim de complementar a revisão bibliográfica utilizou-se mais dois artigos relacionados à temática, um da revista eletrônica *Educação & Linguagem* da Universidade Metodista de São Paulo e outro da revista eletrônica *Cadernos da Pedagogia* da Universidade Federal de São Carlos.

Os dados foram analisados de forma descritiva, por meio da leitura dos artigos, averiguando quais contribuições poderiam dar ao questionamento levantado pelos pesquisadores: quais as ações que a equipe gestora tem que apresentar frente ao processo inclusivo, de modo a efetivar o acesso e garantir a permanência do aluno público-alvo da educação especial no município?

Os documentos selecionados serão discutidos a seguir por meio dos artigos, onde os autores acrescentam, discutem e criticam pontos importantes no processo de inclusão e suleiam a resposta para o questionamento.

Segundo Tezani (2014) citado por Silva e Leme (2009), pesquisando sobre o papel da gestão escolar na construção de uma escola inclusiva, ele encontrou, entre a postura assumida pela gestão escolar e a influência na prática pedagógica cotidiana,

uma relação muito expressiva. Ressalta ainda o envolvimento dos pais e o comprometimento dos professores como fatores determinantes nesta construção da escola inclusiva.

Queiroz e Guerreiro (2019) salientam que no processo da construção de uma escola inclusiva o aluno tem que ser o foco, o sujeito da aprendizagem. Para isso é necessário as seguintes ações da escola:

- Uma nova postura, oferecendo meios e condições para os estudantes da educação especial aprenderem e se desenvolverem, uma vez que, historicamente, sempre passaram por uma exclusão, seja esta praticada pela sociedade, ou pela escola, além de serem vistos como incapazes;
- Concentrar ações norteadoras do universo escolar, desencadeando entendimento da inclusão, da autonomia, da independência do aluno da educação especial e das práticas pedagógicas;
- Enfrentar os obstáculos existentes no sistema educacional em relação à educação das pessoas com deficiência, ausência de condições estruturais, formação de professores, organização curricular, exclusão, segregação, dificuldades de aprendizagem;
- Conhecer as condições econômicas e sociais dos alunos da educação especial e muitas vezes saber por que muitos ainda estão fora da escola;
- Articular de uma maneira crítico-reflexiva a formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como apoio ao professor regular com os referenciais teóricos da educação especial, que possui muitos saberes distintos e são necessários para o desenvolvimento pessoal, profissional, pedagógico e científico.
- Ser um espaço de produção de conhecimento,
- Envolver a equipe escolar e gestores do sistema educacional com o processo de inclusão escolar.

Destaca-se também o artigo dos autores Brandão e Ferreira (2013) que citou, abordou e analisou práticas que contribuíram positivamente para o processo de inclusão, baseado num estudo desenvolvido por Cross et al. (2004) e que está descrito a seguir:

- Os educadores devem apoiar e sensibilizar os pais em diferentes dimensões fornecendo informações sobre: os diferentes tipos de deficiências ou problemas de desenvolvimento e o processo de inclusão, e sugerindo: estratégias inclusivas e formas de ensinarem os seus filhos a aceitarem as diferenças e valorizarem as competências;
- Ensinar aos pais atitudes de empatia e formas de saber lidar com a frustração e o conflito;
- O educador organizar o envolvimento e ensinar os conteúdos curriculares às crianças;
- O professor de educação especial contribuir apoiando o educador do ensino regular;
- Os auxiliares de educação trabalhar com o educador para ajudar as crianças a serem o mais independente possível;

- Os outros técnicos terapeutas apoiarem os colegas da sala de aula nas decisões relacionadas com a forma como vão trabalhar com a criança com problemas de desenvolvimento, ajudando também a criança a desenvolver novas capacidades para funcionarem de forma o mais competente e independente possível, na sala de aula e fora dela;
- Organizar espaços inclusivos;
- Organizar uma equipe para promover a inclusão reunindo-se regularmente para planificar o currículo, o espaço físico e os apoios especializados, de uma forma integrada;
- O educador realizar adaptações dos contextos pois fazem toda a diferença entre uma criança estar meramente presente na sala de aula ou estar ativamente envolvida com os seus pares e/ou nas atividades propostas;
- Adaptar os materiais didáticos para condições focais de estimulação;
- Criar contextos lúdicos do tipo comunitário: ludotecas e *playgrounds*, mas com acessibilidade, flexibilidade e equipados com materiais pedagógicos variados e adaptados às necessidades específicas de crianças com diversos tipos de deficiências ou dificuldades;
- Utilizar de novas tecnologias, pois se têm provado constituir um poderoso instrumento na intervenção em crianças com necessidades especiais.

Dentre os assuntos abordados pelos artigos analisados, a formação de professores para a educação especial é um assunto em pauta e debatido desde a Resolução CNE n. 02/2001 destacada por Michael (2006) que definia dois modelos distintos de professores na educação especial: os capacitados e os especializados e discorria sobre as competências de cada um e os conteúdos a serem desenvolvidos nas suas formações.

O autor Baptista (2019) descreve os profissionais da educação especial de acordo com o documento PNEEPEI de 2008, denominando-os de professor habilitado ou especializado. Com relação a esse tema, o autor mostra que o texto político traz a necessidade de os conteúdos para formação inicial e continuada dos profissionais da educação especial serem de conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimento específicos da área. De acordo com outro texto de artigo analisado, dos autores Pietro et al. (2010) as formações devem aproximar teorias e práticas no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial⁴, procurando apresentar e estudar fundamentações que auxiliam os professores em possíveis intervenções, portanto, fortalecendo o seu processo de aprendizagem.

A crítica existente frente ao processo de inclusão, segundo Oliveira e Cordeiro (2018) remete-se ao fato de que possuir um espaço da Sala de Recursos Multifuncionais e um professor especializado, não asseguram ao aluno público-alvo da educação especial um desenvolvimento em seu processo de escolarização.

Entre os temas abordados nos artigos sobre educação especial, Silva e Leme (2009) dá destaque a direção escolar e a define como gestão dos processos de organização, de coordenação e da tomada de decisões nos trabalhos escolares. As autoras salientam também o papel do diretor escolar na formação de uma cultura escolar inclusiva e sustentam a hipótese de que tendo uma posição de autoridade

4 De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, o público-alvo da educação especial configura-se em: pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e, altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

e liderança e, principalmente, de articulação do projeto pedagógico, tem em suma, uma influência muito grande no processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, notadamente aqueles com deficiências.

Ressalta-se e intera-se o discutido por Silva e Leme (2009) que a tarefa do diretor não é fácil, principalmente numa sociedade capitalista, onde ele enfrenta contradições tendo que administrar de acordo com as orientações do sistema de ensino, que são totalmente burocráticas e alheias ao nível pedagógico. O diretor está ainda submetido a uma dupla pressão: o atendimento a reivindicações da comunidade escolar e a obediência ao sistema. Vale (1995) citado por Silva e Leme (2009) afirma que a direção deve estar atenta às relações de poder presentes no cotidiano, buscando o que é legítimo, mantendo a articulação entre os diferentes atores, sem arriscar a sobrevivência institucional, indispensável na coordenação das diferentes ações, recursos e esforços de todos da comunidade escolar. Outra conquista, numa perspectiva de gestão democrática, destacada por Silva e Leme (2009) citando Tezani (2004) é a de levar o trabalho inclusivo da escola para a pauta da reunião com pais, mostrando preocupação em envolver a comunidade com a questão discutida, além disso, orientar seus filhos para acolher os colegas sem preconceitos.

O cumprimento das legislações referente à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas tem se estabelecido, como se observa no discurso de Silva (2011) citado por Souza et al. (2018), entretanto, no cotidiano escolar ainda falta muito para que a inclusão aconteça efetivamente. Concorda-se com os autores de que se faz necessário romper paradigmas, modificar percepções excludentes disseminadas por um longo período de tempo. Porém, ressalta-se que a mudança só será possível, quando considerarmos que as pessoas com deficiências serão compreendidas não apenas por suas características biológicas, mas, de forma mais ampla, considerando também as influências biológicas, psicológicas e sociais.

Diante da análise dos artigos foram elencados os 12 primeiros passos a ser dado pela equipe gestora, numa visão ideal, a partir da chegada de um (a) aluno (a) público-alvo da educação especial em sua escola pela primeira vez, são estes:

1. Sensibilizar toda comunidade escolar em relação à inclusão;
2. Que toda equipe da gestão possua uma formação em educação especial;
3. Providenciar uma formação em educação especial para toda comunidade escolar;
4. Orientar pais e alunos (as) sobre a educação especial;
5. Apoiar os pais dos alunos (as) da educação especial;
6. Realizar mudanças na edificação atendendo a acessibilidade e cumprir as solicitações das legislações da educação especial;
7. Conhecer outras instituições e organizar espaços inclusivos, especialmente os de lazer.
8. Providenciar materiais didáticos e novas tecnologias exclusivos para educação especial;
9. Organizar uma equipe para promover a inclusão reunindo-se regularmente para planificar o currículo, o espaço físico e os apoios especializados, de uma forma integrada;
10. Integrar os profissionais especializados com a equipe docente;
11. Conhecer as condições econômicas e sociais dos alunos da educação especial e muitas vezes saber por que muitos ainda estão fora da escola;

- Incluir as questões da educação especial em todos os documentos da escola, principalmente no planejamento escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo identificar, compreender e analisar o processo inclusivo brasileiro a partir de documentos legais e artigos científicos, bem como apresentar 12 ações a serem praticadas pela equipe gestora quando se deparam com a matrícula de alunos público-alvo da educação especial inseridos na escola regular.

Para tanto, propôs-se uma pesquisa de revisão bibliográfica, com recorte datado de 2006 a 2019, realizado nas principais bases de dados do país. Os documentos encontrados serviram de base para a discussão e para sulear as ações da equipe gestora frente ao processo inclusivo.

Diante disto, constatou-se que a formação de toda equipe escolar em educação especial é de suma importância para o desenvolvimento do processo de inclusão, enfrentando seus desafios com segurança, serenidade e criatividade nas ações.

Compreende-se a necessidade de cumprir as legislações da educação inclusiva independente da política educacional implantada nos municípios, estados e país.

Afirma-se que a luta pela inclusão ainda se faz necessária, mesmo com o avanço da legislação da área.

Acredita-se que a sensibilização acerca da inclusão seja o caminho mais efetivo para minimizar pré-conceitos e práticas excludentes.

Somado a isto, ressalta-se que a equipe gestora ao se deparar com a matrícula de um aluno (a) da educação especial procure ajuda, uma vez que existem inúmeras possibilidades de ações na literatura e experiências inovadoras de várias entidades no país.

Por fim, ressalta-se a necessidade de se investir em pesquisas na área estudada, correlacionando a equipe gestora/ a gestão com o processo inclusivo, buscando promover o acesso, garantindo a permanência e efetivando a aprendizagem deste alunado.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.45, Ed. Out 21, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100407&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

BRANDÃO, M. T.; FERREIRA, M. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n.4, Out/Dez, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000400002&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

LIMA, E. F. et.al.Sobrevivendo ao início da carreira docente e permanecendo nela. Como? Por quê? O que dizem alguns estudos. **Educação & Linguagem**, Ano 10, n. 15, p.138-160, Jan-Jun, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/161>. Acesso em 19/11/2019

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, Set./Dez, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300003&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

OLIVEIRA, A. A. S.; DRAGO, S. L. S. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Inlui. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [on line], Rio de Janeiro, v.20, n.75, Abr./Jun, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362012000200007&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

OLIVEIRA, N. D. M.; CORDEIRO, A. F. M. O que pensam as equipes diretivas escolares sobre o atendimento

educacional especializado (AEE). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol.34, Ed. Abr 19, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100135&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

PRIETO, R. G. P. et al. **Educação especial e inclusão escolar**: tramas de uma política em implantação. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300006&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

QUEIROZ, J. G. B. A.; GUERREIRO, E. M. B. R. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.25, n.2, Abr/Jun, Ed. Junho 13, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000200233&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

SANCHES, I.; TEODORO, A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v.20 n.2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872007000200005&lang=pt. Acesso em: 29/10/2019

SILVA, C. L.; LEME, M. I. S. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v.29, n.3, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000300006&lang=pt. Acesso em 29/10/2019

SOUZA, A. C.; RI, V. C. F.; LUIZ, M. C. Inclusão escolar e as violências veladas: perspectivas epistemológicas. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, Ano 11, v. 11, n. 22, Jan-Jun, 2018. Disponível em: <http://www.cadernos-dapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1126/398>. Acesso em: 19/11/2019